



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

PARECER JURÍDICO Nº 33/2019

Consultante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

Assunto: Minuta de Contrato.

Dispensa de Licitação nº 016/2019 - FMS

Encaminha, a CPL, a esta Assessoria Jurídica, minuta de contrato, destinada à contratação direta, sob o fundamento do disposto no artigo 24, Inciso II, da Lei nº 8666/93.

A contratação em tela visa a prestação de serviços de assessoria e consultoria técnica na área de licitações e contratos para atender às necessidades do Fundo Municipal de Saúde.

Justifica que, "...que os serviços são de extrema importância para a comissão de licitação deste Município, visando a necessidade de orientação, consultoria e assessoria na área de Licitações e Contratos como também nas informações mensais das Licitações ao TCE, através do Sages, com isso tonando imprescindível a contratação haja vista a necessidade deste"

Inicialmente convém ressaltar que esta análise prende-se aos aspectos eminentemente jurídicos, visto ser este o tema sobre o qual o subscritor detém competência para opinar.

Importante anotar que deve o Secretário solicitante aferir a presença dos requisitos necessários à atração da citada norma legal. Isto porque, não é somente o preço que deve nortear a opção

FL. 13
RUBRICA



ESTADO DE SERGIPE
MUNICÍPIO DE AQUIDABÃ

FL. 19
RUBRICA

administrativa, mas, também, a hipótese de o objeto a ser contratado não constituir parcela de outro já contratado, seja no que concerne à natureza do objeto, seja quanto à época em que realizado.

Passando à análise do Termo Contratual, verifica-se que deve ele observar na integralidade o art. 35, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como o processo ser formalizado com atendimento das recomendações previstas no artigo 26 e, ainda, os documentos indispensáveis à sua correta e legal formalização.

Assim e dando cumprimento ao que dispõe o parágrafo único do artigo 38 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, entendemos ser viável, em tese, a minuta analisada, caso atendidas as formalidades legais.

É o parecer, s.m.j.

Aquidabã/SE, em 02 de maio de 2019.

CARLOS ALBERTO DE CARVALHO SOBRAL NETO

OAB/SE 6408